

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.053 - RJ (2019/0081963-0)**

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : DEBORA RIBEIRO ALVES (PRESA)  
**ADVOGADOS** : RAFAEL CRESPO - RJ135390  
ISABELLA ROCHA CANEDO E OUTRO(S) - RJ213575  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO DE REVOGAÇÃO. DECISÃO QUE RELAXOU A PRISÃO NA ORIGEM. PREJUDICIALIDADE.

Recurso ordinário prejudicado.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **Débora Ribeiro Alves**, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (HC n. 0072226-71.2018.8.19.0000), que denegou a ordem do *writ* ali impetrado, mantendo a segregação cautelar da recorrente (fls. 48/55).

Sob a alegação de constrangimento ilegal decorrente da medida cautelar imposta, tendo em vista a inexistência de fundamentos concretos a justificá-la, requer-se a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor da recorrente na Ação Penal n. 0000436-41.2018.8.25.0006.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso (fls. 121/123).

É o relatório.

Sucede que o recurso está prejudicado.

Há notícia, obtida no portal eletrônico do Tribunal local, de que, em 1º/4/2019, sobreveio decisão que concedeu o relaxamento da prisão preventiva da recorrente (Autos n. 0000436-41.2018.8.25.0006), ocasião em que foi substituída a prisão cautelar por medidas menos gravosas, com a expedição do competente alvará de soltura em seu nome (fl. 125).

Consequentemente, este recurso em *habeas corpus* perdeu o objeto, razão

pela qual **julgo-o prejudicado** (art. 34, XI, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

